



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2026

O **MUNICÍPIO DE GRAMADO (RS)**, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **09 horas do dia 20 de maio de 2026**, ocorrerá a abertura da sessão pública de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para fins de **REGISTRO DE PREÇOS**, por meio do Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)), nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 1.239/2023 e demais disposições legais aplicáveis, bem como nos termos das condições estabelecidas no presente edital e seus anexos.

### 1 – DO OBJETO

**1.1** A presente licitação tem por objeto a *aquisição de materiais de construção, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de Gramado*, conforme condições, destinação, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

**1.2** A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.3** O orçamento elaborado pela Secretaria requisitante é de responsabilidade do servidor que realizou a pesquisa de preços, estando validado pela Área de Licitações e Contratos, a qual parte da premissa de que o funcionário observou os requisitos legais, bem como as quantidades e os valores adequados à necessidade da área administrativa destinatária.

Item	Unidade	Quantidade	Descrição
1	UNIDADE	460	ABRAÇADEIRA 1/2
2	UNIDADE	460	ABRAÇADEIRA 3/4
3	UNIDADE	1.155	ABRACADEIRA NYLON 200X4,80 BRANCA (TIPO ENFORCA GATO) (PCT C/100)
4	UNIDADE	360	ADAPTADOR SOLDAVEL 20 X 1/2
5	UNIDADE	360	ADAPTADOR SOLDAVEL 25 X 3/4
6	UNIDADE	350	ADAPTADOR SOLDAVEL 32 X 1
7	UNIDADE	310	ADAPTADOR SOLDAVEL 40 X 1 1/4
8	UNIDADE	320	ADAPTADOR SOLDAVEL 50 X 1 1/2
9	UNIDADE	315	ADAPTADOR SOLDAVEL 60 X 2





10	UNIDADE	315	ADAPTADOR SOLDAVEL FLANGE C/ ANEL 20 MM
11	UNIDADE	325	ADAPTADOR SOLDAVEL FLANGE C/ ANEL 25 MM
12	UNIDADE	325	ADAPTADOR SOLDAVEL FLANGE C/ ANEL 32 MM
13	UNIDADE	315	ADAPTADOR SOLDAVEL FLANGE C/ ANEL 40 MM
14	UNIDADE	315	ADAPTADOR SOLDAVEL FLANGE C/ ANEL 50 MM
15	UNIDADE	310	ADAPTADOR SOLDAVEL FLANGE C/ ANEL 60 MM
16	UNIDADE	525	ADESIVO PVC 175 GM
17	UNIDADE	43	ALAVANCA MÉDIA ALAVANCA MÉDIA REDONDA COM 1,5 DE ALTURA
18	UNIDADE	58	ALICATE 8" (1000V)
19	UNIDADE	9	ALICATE BOMBA D'AGUA
20	UNIDADE	9	ALICATE DE CORTE PARA VERGALHÕES ATÉ 3/8 MM
21	UNIDADE	6	ALICATE REBITADOR 10,5 POLEGADAS, COM 4 PONTAS
22	UNIDADE	98	ALICATE UNIVERSAL
23	UNIDADE	43	ANCINHO REFORÇADO COM CABO
24	UNIDADE	180	ANEL DE BORRACHA 50 MM - ESG
25	UNIDADE	230	ANEL DE BORRACHA ESGOTO 100 MM
26	UNIDADE	180	ANEL DE BORRACHA ESGOTO 40 MM
27	UNIDADE	180	ANEL DE BORRACHA ESGOTO 75 MM
28	QUILO	691	ARAME GALVANIZADO LISO 12MM
29	QUILO	842	ARAME GALVANIZADO LISO 16MM
30	QUILO	555	ARAME PARA TELA Nº 12
31	QUILO	315	ARAME QUEIMADO Nº 16
32	UNIDADE	73	ARCO DE SERRA FERRO FIXO
33	METRO CÚBICO	780	AREIA FINA DE PRIMEIRA CATEGORIA
34	METRO CÚBICO	990	AREIA GROSSA (CONSTRUÇÃO)
35	METRO CÚBICO	1.309	AREIA MÉDIA
36	SACO	40	ARGAMASSA AC3 PISO SOBRE PISO INTERNO/ EXTERNO (20 KG)





37	UNIDADE	5.600	ARRUELA 12 MM
38	UNIDADE	7.600	ARRUELA LISA 5/16
39	UNIDADE	598	ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO ALMOFADADO UNIVERSAL
40	UNIDADE	295	ASSENTO PLÁSTICO PARA VASO SANITÁRIO
41	UNIDADE	145	ASSENTO SANITÁRIO INFANTIL
42	UNIDADE	75	BALDE METÁLICO DE 10 LITROS PARA CONCRETO
43	UNIDADE	101	BALDE PARA PEDREIRO 15 L, EM PLÁSTICO SIMPLES, MODELO TRADICIONAL
44	UNIDADE	510	BARRA DE AÇO 20MM - 12 METROS
45	BARRA DE FERRO	560	BARRA DE AÇO CA-50 - 10 MM
46	UNIDADE	560	BARRA DE AÇO CA-50 - 12,5 MM (UNIDADE COM 12 METROS)
47	UNIDADE	470	BARRA DE AÇO CA-50 - 25MM (UNIDADE COM 12 METROS)
48	BARRA DE FERRO	490	BARRA DE AÇO CA-50 - 6,3MM
49	UNIDADE	590	BARRA DE AÇO CA-50 - 8MM (UNIDADE COM 12 METROS)
50	UNIDADE	390	BARRA DE AÇO DE 16MM DE 12 METROS
51	UNIDADE	49	BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA. 1181
52	UNIDADE	207	BROCA 06,0MMX160 MM - VIDEA
53	UNIDADE	196	BROCA 08,0MMX160 MM - VIDEA
54	UNIDADE	105	BROCA 10,0MMX160 MM - VIDEA
55	UNIDADE	220	BROCA 10MM AÇO RÁPIDO
56	UNIDADE	225	BROCA 12MM AÇO RÁPIDO
57	UNIDADE	205	BROCA 12MM X 160MM - VÍDEA
58	UNIDADE	195	BROCA 14,0MM X 160MM - AÇO RÁPIDO
59	UNIDADE	200	BROCA 2MM AÇO RÁPIDO
60	UNIDADE	190	BROCA 5MM AÇO RÁPIDO
61	UNIDADE	196	BROCA 6MM AÇO RÁPIDO
62	UNIDADE	196	BROCA 8MM AÇO RÁPIDO





63	UNIDADE	187	BROCA CHATA 1 - AÇO RÁPIDO
64	UNIDADE	237	BROCA CHATA 1.1/2 - AÇO RÁPIDO
65	UNIDADE	187	BROCA CHATA 1.1/4 - AÇO RÁPIDO
66	UNIDADE	187	BROCA CHATA 1.3/8 - AÇO RÁPIDO
67	UNIDADE	80	BROCA DE ENGATE RÁPIDO VIDEO 10 MM
68	UNIDADE	130	BROCA DE ENGATE RÁPIDO VIDEO 12 MM
69	UNIDADE	141	BROCA WIDEA 10MM
70	UNIDADE	151	BROCA WIDEA 8MM
71	UNIDADE	156	BROXA RETANGULAR 12CM, CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO NA BASE E NO CABO, COM CERDAS SINTÉTICAS.
72	UNIDADE	360	BROXA RETANGULAR 15.5 X 5,5CM CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO NA BASE E NO CABO, COM CERDAS SINTÉTICAS.
73	UNIDADE	170	BUCHA DE REDUÇÃO 50 X 40 MM - ESGOTO
74	UNIDADE	170	BUCHA DE REDUÇÃO 100 X 50MM - ESGOTO
75	UNIDADE	170	BUCHA DE REDUÇÃO 100 X 75MM PVC
76	UNIDADE	170	BUCHA DE REDUÇÃO 150 X100
77	UNIDADE	170	BUCHA DE REDUÇÃO 75 X 50MM (ESGOTO)
78	UNIDADE	12.120	BUCHA PLASTICA 10 MM
79	UNIDADE	11.640	BUCHA PLASTICA 12 MM
80	UNIDADE	12.120	BUCHA PLÁSTICA 5MM
81	UNIDADE	128	CABO DE ENXADA
82	UNIDADE	125	CABO PARA PICARETA
83	UNIDADE	146	CADEADO 20MM LATONADO
84	UNIDADE	140	CADEADO 25 MM.
85	UNIDADE	240	CADEADO 30 MM
86	UNIDADE	151	CADEADO 40MM
87	UNIDADE	165	CADEADO 50MM
88	UNIDADE	182	CAIXA ACOPLADA PARA VASO SANITÁRIO
89	UNIDADE	33	CAIXA D'AGUA RESERVATORIO 500 LTS.
90	UNIDADE	34	CAIXA D'AGUA RESERVATÓRIO 1000 LITROS





91	UNIDADE	9	CAIXA D'ÁGUA RESERVATÓRIO 10.000 LITROS
92	UNIDADE	15	CAIXA D'ÁGUA RESERVATÓRIO 250 LITROS
93	UNIDADE	157	CAIXA DE DESCARGA PLÁSTICA
94	UNIDADE	36	CAIXA DE GORDURA 50MM
95	UNIDADE	60	CAIXA DE GORDURA 75MM
96	UNIDADE	40	CAIXA HIDROMETRO COM TAMPA - PADRÃO CORSAN
97	UNIDADE	41	CAIXA SIFONADA 10X10 - QUADRADA
98	UNIDADE	41	CAIXA SIFONADA 15X15 - QUADRADA
99	SACO	12.628	CAL DE PINTURA SACO 8KG
100	UNIDADE	335	CANAleta SISTEMA X COM ADESIVO DUPLA FACE COLANTE, FECHADA; 20X10X2000MM; CANALETA FABRICADA EM PVC.
101	UNIDADE	475	CANO DE PVC 250MM - BARRA 6 METROS
102	UNIDADE	530	CANO PVC 150MM - BARRA 6 METROS
103	UNIDADE	480	CANO PVC 200MM - BARRA 6 METROS
104	UNIDADE	475	CANO PVC 300MM - BARRA 6 METROS
105	UNIDADE	180	CAP 50 MM
106	UNIDADE	180	CAP 75MM ESGOTO
107	UNIDADE	140	CAP DE ESGOTO 100MM / 4" EM PVC
108	UNIDADE	230	CAP DE ESGOTO 40 MM
109	UNIDADE	360	CAP SOLDÁVEL 20MM
110	UNIDADE	380	CAP SOLDÁVEL 25MM
111	UNIDADE	330	CAP SOLDÁVEL 40 MM
112	UNIDADE	320	CAP SOLDÁVEL 50 MM
113	UNIDADE	360	CAP SOLDÁVEL DE 32MM
114	UNIDADE	72	CARRINHO DE MÃO (CONSTRUTOR) MOD REFORÇADO
115	UNIDADE	94	CAVADEIRA 8 COM CABO MADEIRA 1,20CM
116	UNIDADE	69	CAVADEIRA DUPLA (ARTICULADA) COM CABO DE MADEIRA
117	UNIDADE	35	CHAVE 13
118	UNIDADE	57	CHAVE DE FENDA MÉDIA





119	UNIDADE	58	CHAVE PHILIPS MÉDIA
120	UNIDADE	93	CHAVE TESTE
121	SACO	17.298	CIMENTO CP - VARI - SACOS DE 50 KG
122	UNIDADE	328	COLA ADESIVA INSTANTÂNEA 100GR, EXTRAFORTE, A BASE DE CIANOACRÍLICO LÍQUIDO OU EM GEL. IDEAL PARA TRABALHOS EM EVA, ÓTIMA ADERÊNCIA EM METAIS, PLÁSTICOS, ELASTÔMEROS, BORRACHAS, MADEIRA, MDF E COMPENSADOS.
123	UNIDADE	90	COLHER DE PEDREIRO 10 POLEGADAS COM CANTO RETO
124	UNIDADE	77	COLHER DE PEDREIRO 8 POLEGADAS
125	UNIDADE	31	COLUNA PARA LAVATÓRIO BRANCA
126	UNIDADE	770	CONE DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA 75 CM
127	UNIDADE	30	CONECTOR P/ HASTE TERRA MAGNET
128	CONJUNTO	68	CONJUNTO BACIA COM CAIXA ACOPLADA
129	METRO	4.050	CORDA DE POLIPROPILENO NATURAL 14MM
130	METRO	960	CORRENTE PARA SINALIZAÇÃO COM ELOS DE PLÁSTICOS 6MM PRETO E AMARELO
131	UNIDADE	350	CUMIEIRA 15x1,10x6mm
132	UNIDADE	2.100	CUMIEIRA ARTICULADA INFERIOR 4MM
133	UNIDADE	2.120	CUMIEIRA ARTICULADA SUPERIOR 4MM
134	UNIDADE	325	CURVA 45 DE PVC 150MM
135	UNIDADE	325	CURVA 45 DE PVC 200MM
136	UNIDADE	325	CURVA 45 DE PVC 300MM
137	UNIDADE	325	CURVA 90 DE PVC 150MM
138	UNIDADE	330	CURVA 90 DE PVC 200MM
139	UNIDADE	310	CURVA 90 DE PVC 250MM
140	UNIDADE	310	CURVA 90 DE PVC 300MM
141	UNIDADE	180	CURVA DE 40MM - ESGOTO
142	UNIDADE	170	CURVA DE ESGOTO CURTA 50 MM
143	UNIDADE	170	CURVA DE ESGOTO CURTA 75 MM
144	UNIDADE	220	CURVA DE PVC 45° - 100MM ESGOTO





145	UNIDADE	310	CURVA SOLDAVEL DE PVC 60 MM
146	UNIDADE	56	DESEMPENADEIRA AÇO LISA 12X26 DESEMPENADEIRA AÇO LISA 12X26 DE AÇO TEMPERADO LISA, CABO DE MADEIRA C/ HASTE DE FIXAÇÃO 12X26 CM
147	UNIDADE	677	DESENGRIPANTE - ÓLEO PROTETIVO PARA PEÇAS METÁLICAS. SPRAY DE 300ML/150G
148	UNIDADE	175	DISCO 7.1/4 X 24 DENTES DE WIDEA P/ SERRA CIRCULAR
149	UNIDADE	282	DISCO DE CORTE 4 1/2
150	UNIDADE	262	DISCO DE CORTE 7"
151	UNIDADE	203	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA ASFALTO - 350 X 10 X 25,4MM - MÁX ROTAÇÃO 5500 RPM
152	UNIDADE	267	DISCO DESBASTE DIAMANTADO 115 MM
153	UNIDADE	257	DISCO DIAMANTADO TURBO SERRA MÁRMORE 110MM
154	UNIDADE	426	DOBRADIÇA - DOBRADIÇA, MATERIAL LATÃO CROMADO, TAMANHO 3 1/2 POL, TIPO PINO SOLTO, TIPO TAMBOR CURTO, APLICAÇÃO PORTA
155	UNIDADE	488	DOBRADIÇA 2" PINO SOLTO
156	UNIDADE	187	ENGATE FLEXÍVEL 50 CM
157	UNIDADE	96	ENXADA CANAVIEIRA LARGA COM CABO
158	UNIDADE	130	ENXADA COM CABO
159	UNIDADE	39	ESCADA DE ALUMÍNIO 5 DEGRAUS
160	UNIDADE	31	ESCADA DE ALUMÍNIO ARTICULADA, 8 POSIÇÕES 4X3
161	UNIDADE	105	ESPÁTULA DE AÇO 8 CM
162	UNIDADE	313	ESPUMA EXPANSIVA, 500ML.
163	UNIDADE	90	ESQUADRO DE AÇO PARA MADEIRA
164	UNIDADE	810	ESTICADOR DE ARAME PARA CERCA GALVANIZADA
165	UNIDADE	189	ESTILETE PROFISSIONAL EMBORRACHADO 6 POLEGADAS
166	UNIDADE	110	FACÃO PARA MATO 18"
167	UNIDADE	326	FECHADURA EXTERNA DO TIPO ALAVANCA:





			FECHADURA PARA PORTAS EXTERNA COM MAÇANETAS DO TIPO ALAVANCA METÁLICA
168	UNIDADE	276	FECHADURA INTERNA DO TIPO ALAVANCA: FECHADURA PARA PORTAS INTERNAS COM MAÇANETAS DO TIPO ALAVANCA METÁLICA
169	UNIDADE	81	FECHADURA PARA PORTA FERRO
170	UNIDADE	115	FIO - FIO, MATERIAL: NYLON , BITOLA: 3 MM, APLICAÇÃO: ROÇADEIRA , TIPO: QUADRADO BOBINA DE 2 KG
171	METRO	16.000	FIO DE NYLON PARA ROÇADEIRAS DE 3,3MM
172	ROLO	70	FITA ASFÁLTICA 10CMX10M
173	ROLO	70	FITA ASFÁLTICA 30CMX10M
174	UNIDADE	715	FITA VEDA ROSCA - 25 METROS
175	UNIDADE	250	FITA VEDA ROSCA 12MM X 10 METROS
176	ROLO	535	FITA ZEBRADA - PRETA E AMARELA 70 MM X 100M. FITA ZEBRADA - PRETA E AMARELA - FILME DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE SEM ADESIVO, DESTINADA A ISOLAMENTO DE ÁREAS; ROLO DE 70MM X 100M.
177	UNIDADE	70	FITA ZEBRADA - BRANCA COM VERMELHA 0,7 X 200 M.
178	UNIDADE	92	FOICE COM CABO
179	UNIDADE	59	FORCADO PARA CASCALHO COM 10 DENTES E CABO
180	UNIDADE	47	FORMÃO 1 COM CABO DE MADEIRA
181	UNIDADE	52	FORMÃO 3/4 COM CABO DE MADEIRA
182	UNIDADE	14	FURADEIRA DE IMPACTO, PARA USO PROFISSIONAL COM MANDRIL DE 1/2 POLEGADA (13 MM), POTÊNCIA MÍNIMA DE 800W / TENSÃO 110-127 VOLTS, COM CONTROLE DE VELOC
183	UNIDADE	49	GARFO FORCADO RETO C/ 4 DENTES
184	UNIDADE	365	GRAMPO GALVANIZADO - 19X11
185	QUILO	6.014	GRAXA
186	UNIDADE	310	JOELHO 45 DE PVC 150MM ( ESGOTO )
187	UNIDADE	315	JOELHO 45 DE PVC 200MM ( ESGOTO )
188	UNIDADE	310	JOELHO 45 DE PVC 250MM ( ESGOTO )





189	UNIDADE	310	JOELHO 45 DE PVC 300MM
190	UNIDADE	310	JOELHO 90 DE PVC 150MM ( ESGOTO )
191	UNIDADE	315	JOELHO 90 DE PVC 200MM ( ESGOTO )
192	UNIDADE	310	JOELHO 90 DE PVC 250MM ( ESGOTO )
193	UNIDADE	310	JOELHO 90 DE PVC 300MM
194	UNIDADE	260	JOELHO AZUL 25MM
195	UNIDADE	195	JOELHO DE ESGOTO 45 GRAUS 100 MM
196	UNIDADE	165	JOELHO DE ESGOTO 45 GRAUS 75 MM
197	UNIDADE	170	JOELHO DE ESGOTO 45° X 40MM
198	UNIDADE	165	JOELHO DE ESGOTO 45° X 50MM
199	UNIDADE	290	JOELHO DE ESGOTO 90 GRAUS 100 MM
200	UNIDADE	175	JOELHO DE ESGOTO 90 GRAUS 75 MM
201	UNIDADE	180	JOELHO DE ESGOTO 90° X 50MM
202	UNIDADE	230	JOELHO DE ESGOTO 90°X 40MMM
203	UNIDADE	370	JOELHO SOLDAVEL 025 X 020 MM
204	UNIDADE	355	JOELHO SOLDAVEL 025 X 032MM
205	UNIDADE	335	JOELHO SOLDAVEL 20 X 45 MM
206	UNIDADE	390	JOELHO SOLDAVEL 25 X 90 MM
207	UNIDADE	350	JOELHO SOLDAVEL 32 X 45 MM
208	UNIDADE	335	JOELHO SOLDAVEL 32 X 90 MM
209	UNIDADE	330	JOELHO SOLDAVEL 40 X 45 MM
210	UNIDADE	330	JOELHO SOLDAVEL 40 X 90 MM
211	UNIDADE	330	JOELHO SOLDAVEL 50 X 45 MM
212	UNIDADE	330	JOELHO SOLDAVEL 50 X 90 MM
213	UNIDADE	330	JOELHO SOLDAVEL 60 X 45 MM
214	UNIDADE	330	JOELHO SOLDAVEL 60 X 90 MM
215	UNIDADE	200	JUNÇÃO DE ESGOTO 100X100MM
216	UNIDADE	170	JUNÇÃO DE ESGOTO 40 X 40MM
217	UNIDADE	195	JUNÇÃO DE ESGOTO SIMPLES 050 X 050 MM
218	UNIDADE	190	JUNÇÃO DE ESGOTO SIMPLES 075 X 050 MM
219	UNIDADE	190	JUNÇÃO DE ESGOTO SIMPLES 075 X 075 MM





220	UNIDADE	190	JUNÇÃO DE ESGOTO SIMPLES 100 X 050 MM
221	UNIDADE	190	JUNÇÃO DE ESGOTO SIMPLES 100 X 075 MM
222	UNIDADE	295	LÂMINA DE SERRA PARA CORTAR FERRO
223	UNIDADE	35	LÂMINA PARA ESTILETE LARGO 18 MM C/10 LAMINA PARA ESTILETE LARGO 18 MM. UNIDADE COM 10 LÂMINAS.
224	CAIXA	105	LIMA ENDODONTICAS 21MM 15/40 CX C/ 6
225	UNIDADE	89	LIMA REDONDA 4,0X200 LIMA REDONDA 200 X 4,0 MM PARA AFIAR CORRENTE MOTOSSERRA
226	UNIDADE	86	LIMA REDONDA 5,2X200 LIMA REDONDA 200 X 5,2 MM PARA AFIAR CORRENTE MOTOSSERRA
227	UNIDADE	182	LINHA NYLON PARA PEDREIROS 0,80MM
228	UNIDADE	2.360	LIXA MADEIRA 180
229	UNIDADE	2.340	LIXA PARA PAREDE Nº 120
230	METRO	8.200	LONA PLÁSTICA PRETA 200 MICRAS, MÍNIMO 4 METROS DE LARGURA
231	UNIDADE	113	LUBRIFICANTE PARA CORRENTE DE MOTOSSERRA - ISO VG 100. ANP 0215, 20L.
232	UNIDADE	300	LUVA 32MM SOLDÁVEL
233	UNIDADE	230	LUVA AZUL 25MM
234	UNIDADE	305	LUVA CORRER SOLDÁVEL 20 MM
235	UNIDADE	325	LUVA CORRER SOLDÁVEL 25 MM
236	UNIDADE	305	LUVA CORRER SOLDÁVEL 32 MM
237	UNIDADE	280	LUVA CORRER SOLDÁVEL 40 MM
238	UNIDADE	280	LUVA CORRER SOLDÁVEL 50 MM
239	UNIDADE	280	LUVA CORRER SOLDÁVEL 60 MM
240	UNIDADE	235	LUVA DE ESGOTO SIMPLES 100 MM
241	UNIDADE	190	LUVA DE ESGOTO SIMPLES 150MM
242	UNIDADE	190	LUVA DE ESGOTO SIMPLES 200MM
243	UNIDADE	185	LUVA DE ESGOTO SIMPLES 250MM
244	UNIDADE	185	LUVA DE ESGOTO SIMPLES 300MM
245	UNIDADE	215	LUVA DE ESGOTO SIMPLES 40 MM





246	UNIDADE	215	LUVA DE ESGOTO SIMPLES 50 MM
247	UNIDADE	195	LUVA DE ESGOTO SIMPLES 75MM
248	UNIDADE	235	LUVA ESGOTO CORRER 100 MM
249	UNIDADE	215	LUVA ESGOTO CORRER 40 MM
250	UNIDADE	145	LUVA ESGOTO CORRER 75 MM
251	UNIDADE	300	LUVA SOLDÁVEL 025 X 020 MM
252	UNIDADE	300	LUVA SOLDÁVEL 20 X 1/2
253	UNIDADE	330	LUVA SOLDÁVEL 20MM
254	UNIDADE	310	LUVA SOLDÁVEL 25 X 1/2
255	UNIDADE	310	LUVA SOLDÁVEL 25 X 3/4
256	UNIDADE	310	LUVA SOLDÁVEL 25MM
257	UNIDADE	300	LUVA SOLDÁVEL 32 X 1
258	UNIDADE	280	LUVA SOLDÁVEL 40 MM
259	UNIDADE	280	LUVA SOLDÁVEL 40 X 1 1/4
260	UNIDADE	280	LUVA SOLDÁVEL 50 MM
261	UNIDADE	280	LUVA SOLDÁVEL 50 X 1 1/2
262	UNIDADE	280	LUVA SOLDÁVEL 60MM ( ÁGUA )
263	UNIDADE	67	MACHADINHA COM CABO
264	UNIDADE	59	MACHADO COM CABO
265	UNIDADE	535	MALHA DE FERRO 4,2MM
266	METRO	680	MANGUEIRA 1"
267	METRO	630	MANGUEIRA 1/2" X 2.5MM - PRETA
268	METRO	750	MANGUEIRA 3/4 - PRETA
269	ROLO	142	MANTA ASFALTICA
270	UNIDADE	58	MARRETA 1,5 KG COM CABO EMBORRACHADO
271	UNIDADE	57	MARRETA QUADRADA FORJADA DE 8 KG COM CABO
272	UNIDADE	16	MARTELETE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORÇA IMPACTO 5,6 JOULES, POTÊNCIA: 1.100, ROTAÇÃO: 1.300 A 2.900, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220, TIPO: ROMPEDOR - CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORÇA IMPACTO 5,6 JOULES, POTÊNCIA: 1.100, ROTAÇÃO: 1.300 A 2.900, TENSÃO





			ALIMENTAÇÃO: 220, TIPO: ROMPEDOR
273	UNIDADE	126	MARTELO 12 COM CABO DE FIBRA
274	UNIDADE	126	MARTELO UNHA 27 MM DE AÇO
275	UNIDADE	105	MECANISMO DE ENTRADA PARA CAIXA ACOPLADA UNIVERSAL
276	UNIDADE	105	MECANISMO DE SAÍDA PARA CAIXA ACOPLADA UNIVERSAL
277	UNIDADE	55	NIVEL DE ALUMÍNIO 30CM
278	UNIDADE	286	OLEO LUBRIFICANTE MULTIUSO PARA MÁQUINAS
279	UNIDADE	217	PÁ AJUNTADEIRA DE BICO COM CABO
280	UNIDADE	175	PÁ AJUNTADEIRA QUADRADA COM CABO
281	UNIDADE	173	PÁ DE CORTE QUADRADA
282	UNIDADE	168	PÁ QUADRADA ESTREITA
283	UNIDADE	21	PARAFUSADEIRA SEM FIO E FURADEIRA PARAFUSADEIRA IMPACTO 18V ROTACAO 1400 RPM SEM FIO, 2 BATERIA 3/8'
284	UNIDADE	27.200	PARAFUSO 3,5 X 16MM
285	UNIDADE	27.200	PARAFUSO 4,0 X 22 CHP CHATA PHILLIPS BC
286	UNIDADE	26.200	PARAFUSO 4,0 X 30 CHP CHATA PHILLIPS BC
287	UNIDADE	27.200	PARAFUSO 4,0 X 40 CHP CHATA PHILLIPS BC
288	UNIDADE	27.200	PARAFUSO 5 X 50
289	UNIDADE	27.200	PARAFUSO 5,0 X 30 CHP CHATA PHILLIPS BC
290	UNIDADE	27.200	PARAFUSO 5,0 X 35 CHP CHATA PHILLIPS BC
291	UNIDADE	28.200	PARAFUSO 5,0 X 40 CHP CHATA PHILLIPS BC
292	UNIDADE	28.200	PARAFUSO 5,0 X 45 CHP CHATA PHILLIPS BC
293	UNIDADE	27.100	PARAFUSO 5,0 X 60 CHP CHATA PHILLIPS BC
294	UNIDADE	29.000	PARAFUSO 5/16X110 COM CONJUNTO COMPLETO DE VEDAÇÃO
295	UNIDADE	4.920	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 4" RG
296	CAIXA	150	PARAFUSO PARA VASO SANITÁRIO LATÃO COM BUCHA 12 - 2 UNIDADES
297	UNIDADE	25.600	PARAFUSO PHILIPS 50X70
298	UNIDADE	28.000	PARAFUSO PHILIPS 3,5 X 40





299	UNIDADE	26.200	PARAFUSO PHILIPS 4.0X3,5
300	UNIDADE	28.000	PARAFUSO PHILIPS 40X45
301	UNIDADE	27.000	PARAFUSO PHILIPS 50 X 6
302	UNIDADE	27.000	PARAFUSO PHILIPS 50X4
303	UNIDADE	27.100	PARAFUSO PHILIPS 5,0X45MM
304	UNIDADE	25.600	PARAFUSO PHILIPS 60 X 6
305	UNIDADE	15.500	PARAFUSO PHILLIPS 5,0 X 80
306	UNIDADE	25.500	PARAFUSO PHILLIPS CABEÇA CHATA 5,0X50MM
307	UNIDADE	25.500	PARAFUSO PHILLIPS CABEÇA CHATA 5,0X70MM
308	UNIDADE	25.600	PARAFUSO PHILLIPS CABEÇA CHATA 5,0X80MM
309	UNIDADE	28.600	PARAFUSO TELHEIRO 110 MM
310	UNIDADE	297	PAZINHA ESTREITA DE JARDINAGEM
311	UNIDADE	73	PÉ DE CABRA SEXTAVADO 60CM
312	UNIDADE	82.550	PEDRA DE AREIA MÉDIA ESPESSURA 15CM - PEDRA DE AREIA DE NO MÍNIMO 15 CM NÃO ULTRAPASSANDO 17 CM, ENTREGUE EM PALETES ENROLA EM PLÁSTICO STRETCH.
313	UNIDADE	71	PICARETA COM CABO
314	UNIDADE	86	PISTOLA DE SILICONE
315	UNIDADE	100	PONTEIRA 25 MM AÇO
316	UNIDADE	4.450	PORCA 5/16 ROSCA GROSSA
317	QUILO	620	PREGO 12X12 COM CABEÇA
318	QUILO	1.120	PREGO 13X15 COM CABEÇA
319	QUILO	1.471	PREGO 17 X 27 COM CABEÇA
320	QUILO	1.040	PREGO 17X27 COM CABEÇA DUPLA
321	QUILO	1.380	PREGO 18X30 COM CABEÇA
322	QUILO	1.170	PREGO 19 X 39 COM CABEÇA
323	QUILO	920	PREGO 21X45 COM CABEÇA
324	QUILO	1.120	PREGO 22X48 COM CABEÇA
325	QUILO	770	PREGO 25 X 72
326	QUILO	870	PREGO 26 X 84
327	QUILO	1.235	PREGO TELHEIRO ARDOX 18X30





328	UNIDADE	53	PRUMO CORDA 500 G
329	UNIDADE	47	PULVERIZADOR COSTAL 20L
330	UNIDADE	63	PULVERIZADOR LATERAL CAPACIDADE 5 LITROS
331	UNIDADE	310	REDUÇÃO PVC 150 X 100 MM
332	UNIDADE	310	REDUÇÃO PVC 200 X150 MM
333	UNIDADE	310	REDUÇÃO PVC 250X200MM
334	UNIDADE	61	REGADOR 10 LITROS
335	UNIDADE	241	REGISTRO ESFERA PVC 20 MM
336	UNIDADE	256	REGISTRO ESFERA PVC 25 MM
337	UNIDADE	230	REGISTRO ESFERA PVC 32 MM
338	UNIDADE	230	REGISTRO ESFERA PVC 40 MM
339	UNIDADE	230	REGISTRO ESFERA PVC 60 MM
340	ROLO	22	ROLO ARAME OVALADO PARA CERCAS
341	UNIDADE	16	SERRA CIRCULAR DE MÃO
342	METRO	200	SERRA DE SERRARIA 6 X 1,2 EMENDADA PROFUNDA DENT 11,3 - SLF BAUKUS FR 01 P 45MM
343	UNIDADE	25	SERRA DE SERRARIA MULTILAMINA 350 F60 - Z 24 D 3,5 C 5,1 AT20 F60
344	UNIDADE	50	SERRA DE SERRARIA MULTILAMINA 350 Z24 D 3,5 C 5,1 AF E D AT20 F 80
345	UNIDADE	13	SERRA MARMORE IND
346	UNIDADE	70	SERROTE CARPINTEIRO, CABO EMBORRACHADO 24"
347	UNIDADE	78	SERROTE PODA MANUAL
348	UNIDADE	390	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL
349	UNIDADE	90	SPUD
350	UNIDADE	78	TALHADEIRA 25 MM AÇO
351	UNIDADE	310	TÊ DE PVC 150MM ( ESGOTO )
352	UNIDADE	315	TÊ DE PVC 200MM ( ESGOTO )
353	UNIDADE	160	TÊ DE PVC 300MM
354	UNIDADE	280	TEE DE ESGOTO 040 MM
355	UNIDADE	260	TEE DE ESGOTO 050 MM





356	UNIDADE	220	TEE DE ESGOTO 075 MM
357	UNIDADE	220	TEE DE ESGOTO 075 X 050 MM
358	UNIDADE	290	TEE DE ESGOTO 100 MM
359	UNIDADE	220	TEE DE ESGOTO 100 X 050 MM
360	UNIDADE	170	TEE DE ESGOTO 100 X 075 MM
361	UNIDADE	320	TEE SOLDAVEL 020 X 1/2
362	UNIDADE	300	TEE SOLDAVEL 025 X 020 MM
363	UNIDADE	300	TEE SOLDAVEL 025 X 1/2
364	UNIDADE	300	TEE SOLDAVEL 025 X 3/4
365	UNIDADE	340	TEE SOLDAVEL 20 MM
366	UNIDADE	340	TEE SOLDAVEL 25 MM
367	UNIDADE	300	TEE SOLDAVEL 32 MM
368	UNIDADE	280	TEE SOLDAVEL 40 MM
369	UNIDADE	320	TEE SOLDAVEL 50 MM
370	UNIDADE	280	TEE SOLDÁVEL 60MM
371	ROLO	73	TELA REVESTIDA EM PVC SOLDADA 1,80 METROS DE ALTURA E COMPRIMENTO DE 25 METROS, FIO DE 2,50MM
372	ROLO	92	TELA SOLDADA GALVANIZADA 1,80 METRO DE ALTURA E CUMPRIMENTO DE 25 METROS, FIO 1,90MM
373	ROLO	115	TELA SOLDADA GALVANIZADA 2,00 METRO DE ALTURA E CUMPRIMENTO DE 25 METROS, FIO 1,90MM
374	UNIDADE	10.200	TELHA 2,44X0,55 X 4MM
375	UNIDADE	1.500	TELHA 2,44X0,55 X 6MM
376	UNIDADE	1.550	TELHA CUMEEIRA COLONIAL
377	UNIDADE	130	TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM - 2,44 X 1,10
378	UNIDADE	172	TESOURA DE PODA PROFISSIONAL CONSTRUÇÃO EM AÇO FORJADA E INTEGRALMENTE SUBMETIDO A TRATAMENTO TÉRMICO. ACABAMENTO POLIDO. CABO ANATÔMICO. CAPACIDADE DE CORTE DE 20,5 CM. TRAVA DE SEGURANÇA PARA MANTER A TESOURA FECHADA.
379	UNIDADE	42.000	TIJOLO 6 FUROS





380	UNIDADE	12.000	TIJOLO MACIÇO
381	UNIDADE	110	TORNEIRA BANHEIRO DE MESA BICA BAIXA METAL
382	UNIDADE	120	TORNEIRA BANHEIRO MESA DE LAVATÓRIO METAL TRADICIONAL
383	UNIDADE	76	TORNEIRA ELÉTRICA DE BANCADA TENSÃO NOMINAL (VOLTS): 220V~ POTÊNCIA (WATTS): 5500W.
384	UNIDADE	65	TORNEIRA ELÉTRICA MÍNIMO DE 4500W TORNEIRA ELÉTRICA 220V DE MATERIAIS TERMOPLÁSTICOS, ELASTÔMEROS E LIGAS METÁLICAS; POTÊNCIA MÍNIMA DE 4500W; REGULAGEM DE TEMPERATURA; SISTEMA DE ATERRAMENTO; BICA ALTA E MÓVEL COM AREJADOR ARTICULÁVEL; REGISTRO 1/4 DE VOLTA COM PASTILHA CERÂMICA; FIXÁVEL NA PAREDE.
385	UNIDADE	120	TORNEIRA METAL PARA LAVATÓRIO MONOC.
386	UNIDADE	460	TORNEIRA PARA JARDIM 1/2
387	UNIDADE	52	TORQUES ARMADOR 12"
388	UNIDADE	83	TRENA 50M
389	UNIDADE	166	TRENA MANUAL 5 METROS - BOTAO DE TRAVA, CORPO RESISTENTE A QUEDAS E TRAVA E FREIO - FERRAMENTAS:
390	UNIDADE	125	TRENA PROFISSIONAL DE 25MM X 5METROS
391	UNIDADE	240	TUBO DE ESGOTO 075MM
392	UNIDADE	510	TUBO DE ESGOTO 100 MM
393	UNIDADE	310	TUBO DE ESGOTO 40 MM (BARRA 6 MTS )
394	UNIDADE	190	TUBO DE ESGOTO 50 MM (BARRA 6 MTS )
395	UNIDADE	355	TUBO SOLDÁVEL 20MM
396	UNIDADE	355	TUBO SOLDÁVEL 25MM
397	UNIDADE	390	TUBO SOLDÁVEL 32 MM (BARRA 6 MTS)
398	UNIDADE	335	TUBO SOLDÁVEL 40 MM (BARRA 6 MTS)
399	UNIDADE	285	TUBO SOLDÁVEL 50 MM
400	UNIDADE	335	TUBO SOLDÁVEL 60 MM (BARRA 6 MTS)
401	UNIDADE	235	UNIÃO SOLDÁVEL 20 MM
402	UNIDADE	235	UNIÃO SOLDÁVEL 32 MM





403	UNIDADE	230	UNIÃO SOLDÁVEL 40 MM
404	UNIDADE	230	UNIÃO SOLDÁVEL 50 MM
405	UNIDADE	90	VÁLVULA DE PIA COZINHA 3.1/2 - METAL
406	LITRO	66	VASELINA LÍQUIDA 1 L VASELINA LÍQUIDA, FRASCO DE 1 L
407	UNIDADE	80	VASO SANITÁRIO BRANCO - BACIA CONVENCIONAL PARA CAIXA PLÁSTICA
408	UNIDADE	20	VASO SANITÁRIO INFANTIL BRANCO - BACIA PARA CAIXA ACOPLADA

## 2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1** Poderão participar da presente licitação as empresas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto deste edital e que estejam com credenciamento regular no Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)).

**2.2** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

**2.3** Não poderão participar desta licitação:

**2.3.1** Aquele que esteja proibido de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**2.3.2** Aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);

**2.3.3** Os estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.3.4** Os agentes públicos do Município de Gramado, na forma do artigo 9º, da Lei nº 14.133/2021;

**2.3.5** O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.3.6** A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.3.7** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.3.8** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, fi-





nanceira, trabalhista ou civil com dirigente do Município de Gramado ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.3.9** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

**2.3.10** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.3.11** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução, ou liquidação;

**2.3.12** As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

**2.3.13** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do Município de Gramado, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1, do artigo 9º, da Lei nº 14.133/2021.

**2.4** O impedimento de que trata o item 2.3.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.5** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.3.5 e 2.3.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do Município de Gramado.

**2.6** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.7** O disposto nos itens 2.3.5 e 2.3.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.8** A vedação de que trata o item 2.3.4 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário, ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.9** Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**2.9.1** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º, da Lei Complementar





nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**2.9.2** Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

**2.9.3** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está conforme as exigências editalícias;

**2.9.4** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**2.9.5** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;

**2.9.6** Que a proposta foi elaborada de forma independente;

**2.9.7** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal;

**2.9.8** Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93, da Lei nº 8.213/1991.

**2.9.9** Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Município de Gramado ou com servidor público que desempenhe função na presente licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**2.10** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

### **3 – DO CREDENCIAMENTO**

**3.1** O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do presente Pregão, diretamente no sítio do Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)), até o horário fixado no edital para abertura da sessão.

**3.2** O Pregão é o nível básico do registro cadastral no Portal de Compras Públicas, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA.

**3.3** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.





**3.4** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, bem como assume como firmes e verdadeiras as suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante. Fica excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão, ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras Públicas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.5.1** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.6** Os custos de credenciamento, operacionalização e uso do sistema ficarão a cargo do licitante.

## **4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**4.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

**4.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço ou o percentual de desconto, conforme critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**4.4** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.5** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**4.6** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.7** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:





**5.1.1 Valor unitário por item e o valor total da proposta**, em moeda corrente nacional, conforme especificações dispostas no presente edital e em seus anexos.

**5.1.2 Marca/Modelo** do produto ofertado.

**5.1.2.1** Os licitantes deverão ofertar apenas uma marca para cada item.

**5.1.2.2** A fim de evitar a identificação do licitante, nos casos em que a marca ofertada tenha a mesma designação nominal da empresa, o campo “marca” deverá ser preenchido com “marca própria”.

**5.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e seu fornecimento.

**5.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha/proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, segundo o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8** O prazo de validade da proposta é fixado em **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

## **6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

**6.2** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam consoante os requisitos estabelecidos neste edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme artigo 59, da Lei nº 14.133/2021.

**6.3** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**6.4** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.





**6.5** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.6** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.7** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.8** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.8.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

**6.9** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

**6.10** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.11** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

**6.12** Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.13** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**6.14** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.15** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**6.16** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**6.17** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

**6.18** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**6.19** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.20** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.





**6.21** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no sítio <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, ocasião em que serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. A sessão somente poderá ser reiniciada após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.22** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.23** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

**6.23.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.23.2** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.23.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.23.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.24** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

**6.25** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.26** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o critério de desempate





será aquele previsto no artigo 60, da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

**6.26.1** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.26.2** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão ser preferencialmente utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

**6.26.3** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.26.4** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.27** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.27.1** Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul, onde está sediado o Município de Gramado;

**6.27.2** Empresas brasileiras;

**6.27.3** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.27.4** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

**6.27.5** Permanecendo a igualdade, será realizado sorteio na plataforma do Portal de Compras Públicas.

**6.28** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.28.1** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.28.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.28.3** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.28.4** Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

**6.29** O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados. **No mesmo prazo, o Pregoeiro efetuará a convocação do**





**licitante vencedor para envio da documentação de habilitação enumerada nos subitens do item 8.9 do edital.**

**6.29.1** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.29.2** A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal (conforme modelo de proposta – ANEXO IV).

**6.29.3** A proposta deverá indicar se a empresa é optante do Simples Nacional, beneficiária da lei de desoneração da folha de pagamento ou produtor rural.

**6.29.4** A proposta deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**6.29.5** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato ou da Ata de Registro de Preços e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**6.29.6** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo e fabricante vinculam a Contratada.

**6.29.7** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**6.29.8** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, e no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**6.29.9** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**6.29.10** A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**6.29.11 A proposta deverá conter as seguintes declarações (conforme modelo de proposta – ANEXO IV):**

**6.29.11.1 Declaração de que dispõe de capacidade logística (frota e infraestrutura de distribuição) suficiente para o cumprimento dos prazos de entrega em diferentes localidades do Município de Gramado, especialmente em entregas fracionadas ou emergenciais, assegurando regularidade durante toda a vigência contratual.**

**6.30** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7 – DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação





no certame, conforme previsto no artigo 14, da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**7.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**7.1.3** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**7.1.4** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>)

**7.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429/1992.

**7.3** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.2 e 2.9.1.

**7.5** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

**7.6** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

**7.6.1** Contiver vícios insanáveis;

**7.6.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**7.6.3** Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário);

**7.6.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.6.4.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**7.6.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital





ou seus anexos, desde que insanável.

**7.7** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferição da exequibilidade e da legalidade das propostas, devendo apresentar as provas e indícios que fundamentam a suspeita.

**7.8** Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.9** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou área especializada no objeto.

**7.10** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro horas) de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

**7.11** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.11.1** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**7.11.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.12** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 (cinco) dias úteis** contados da solicitação.

**7.13** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**7.14** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

**7.15** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.

**7.15.1** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e





passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para ser obtido preço melhor.

**7.15.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.16** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**7.17** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste edital.

## **8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1** Os documentos exigidos neste edital para comprovação da habilitação deverão ser enviados apenas pelo licitante vencedor, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período.

**8.1.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**8.1.2** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante. Ainda, pode o Pregoeiro, de ofício, prorrogar o prazo estabelecido, quando constatar que o mesmo não é suficiente para envio da documentação.

**8.2** O descumprimento do item 8.1 implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), constituindo meio legal de prova para fins de habilitação.

**8.3** Após o envio dos documentos de habilitação pelo licitante vencedor, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (artigo 64, da Lei nº 14.133/2021):

**8.3.1** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**8.3.2** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**8.3.3** Comprovar fatos preexistentes ou relativos à mera declaração do licitante, para suprir erro ou falha, em prol da seleção da proposta mais vantajosa, da competitividade, e do formalismo moderado.

**8.4** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou





falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.5** Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

**8.6** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.7** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.7.1** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**8.8** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.1 deste edital.

**8.9** O licitante vencedor deverá encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### **8.9.1 DECLARAÇÕES GERAIS**

**8.9.1.1** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.9.1.2** Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

### **8.9.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**8.9.2.1** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**8.9.2.2** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

**8.9.2.3** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

**8.9.2.4** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com





averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

**8.9.2.5** No caso de sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**8.9.2.6** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107, da Lei nº 5.764/1971.

**8.9.2.7** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

**8.9.2.8** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **8.9.3 REGULARIDADE FISCAL:**

**8.9.3.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

**8.9.3.2** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.9.3.3** Certidão de Regularidade Unificada de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da **União**;

**8.9.3.4** Prova de Regularidade junto à Fazenda **Estadual**;

**8.9.3.5** Prova de Regularidade **Municipal** do domicílio do licitante;

**8.9.3.6** Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**).

### **8.9.4 REGULARIDADE TRABALHISTA:**

**8.9.4.1** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

### **8.9.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**8.9.5.1** Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante forneceu satisfatoriamente materiais similares em porte e complexidade com o ora licitado.

**8.9.5.1.1** O atestado de capacidade técnica poderá ser alvo de diligência por parte do Pregoeiro a qualquer momento, junto à licitante ou pessoa jurídica que o expediu, inclusive com a solicitação da comprovação mediante apresentação de cópias dos contratos ou notas fiscais de prestação dos serviços.

### **8.9.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**8.9.6.1** Certidão **Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial, ou Extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não





superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

**8.9.6.1.1** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

**8.10** Os documentos que dependam de prazo de validade e que não contenham esse prazo especificado no próprio corpo, em lei ou nesse processo, devem ter sido expedidos em no máximo 03 (três) meses anteriores à data determinada para a entrega dos envelopes.

**8.11** A critério do Pregoeiro, poderão ser solicitados esclarecimentos, assim como serem efetuadas diligências visando a conformar a capacidade técnica, gerencial e administrativa das empresas concorrentes.

**8.12** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda às demais exigências do edital.

**8.12.1** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**8.12.2** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**8.13** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**8.14** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

**8.15** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45, da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**8.16** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o





licitante será declarado vencedor.

## **9 – DOS RECURSOS**

**9.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165, da Lei nº 14.133/2021.

**9.2** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

**9.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação, ou inabilitação do licitante:

**9.3.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**9.3.2** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**9.4** O recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.5** O acolhimento do recurso invalida tão-somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.6** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

## **10 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**10.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

**10.1.1** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam.

**10.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**10.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a





sessão reaberta.

**10.2.1** A convocação dar-se-á por meio do sistema eletrônico *chat*, *e-mail*, ou, ainda, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**10.2.2** A convocação feita por *e-mail* dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 11 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**11.1** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela Autoridade Competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**11.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**12.1** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

**12.2** O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**12.2.1** A assinatura da ata deverá ser realizada através do Portal do Cidadão (<https://gramado.atende.net/autoatendimento/servicos/solicitacoes-de-assinatura/detalhar/1>), mediante cadastro prévio que deverá ser realizado pelo adjudicatário, conforme orientações dispostas no ANEXO V do edital.

**12.2.2** O prazo previsto no item 12.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**12.3** O prazo de vigência da Ata é o estabelecido na Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO I).

**12.4** Na assinatura da ata de registro de preços e/ou Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da ata de registro de preços.

**12.4.1** Na hipótese de irregularidade, o fornecedor deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

**12.5** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ata de registro de preços/ou Contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, respeitada a ordem de classificação, para,





após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.

**12.6** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

### **13 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**13.1** Após a homologação da licitação, será aberto o prazo de 03 (três) dias úteis, para que os licitantes manifestem, em campo próprio do Portal de Compras Públicas, interesse em participar do cadastro de reserva dos itens do objeto do edital.

**13.2** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**13.2.1** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**13.2.2** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**13.3** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**13.3.1** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**13.3.2** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**13.4** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**13.4.1** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**13.4.2** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na minuta da ata de registro de preços (ANEXO I).

**13.5** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**13.5.1** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**13.5.2** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a





negociação de melhor condição.

## **14 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**14.1** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (ANEXO II) e na Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO I).

## **15 – DAS OBRIGAÇÕES**

**15.1** As obrigações do Município e da fornecedora são as estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO II) e na Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO I).

## **16 – DO PAGAMENTO**

**16.1** O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias corridos após a apresentação das Notas Fiscais devidamente liquidadas e aprovadas por servidor público responsável pelo recebimento e conferência das mesmas.

**16.2** A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do Pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**16.3** Serão processadas as retenções cabíveis nos termos das leis que regulam a matéria, incluindo, quando aplicável, Imposto de Renda retido na fonte.

**16.3.1** Havendo pagamento por boleto, o licitante deverá emití-lo de forma que o Município consiga efetuar os descontos relativos às retenções cabíveis.

**16.3.1.1** No caso de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignado no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade e o enquadramento legal, acompanhado da declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos legais para beneficiar-se da condição.

**16.4** Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a Contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IPCA, e, a título de penalidade, juros de mora à razão de 0,2% ao mês.

## **17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**17.1.1** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não





entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o Pregão;

**17.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

**17.1.2.1** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**17.1.2.2** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**17.1.2.3** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**17.1.2.4** Deixar de apresentar amostra;

**17.1.2.5** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**17.1.3** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**17.1.3.1** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar, ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**17.1.4** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**17.1.5** Fraudar a licitação;

**17.1.6** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**17.1.6.1** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**17.1.6.2** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**17.1.6.3** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**17.1.7** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**17.1.8** Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013.

**17.2** Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**17.2.1** Advertência;

**17.2.2** Multa;

**17.2.3** Impedimento de licitar e contratar; e

**17.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**17.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

**17.3.1** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**17.3.2** As peculiaridades do caso concreto;

**17.3.3** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**17.3.4** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**17.3.5** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





#### **17.4 Incidirá multa:**

**17.4.1** De mora, no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no cumprimento do prazo de entrega dos produtos, incidente sobre o valor total do contrato/empenho, até a data do efetivo adimplemento, respeitando o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato ou da Ata de Registro de Preços.

**17.4.1.1** A multa moratória será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação.

**17.4.2** De 0,5 % (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, nos casos de inexecução parcial do objeto contratado. O percentual será fixado de forma proporcional à gravidade da infração.

**17.4.3.** De 0,5 % (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, nos casos de inexecução total do objeto contratado. O percentual será fixado de forma proporcional à gravidade da infração.

**17.4.4** Decorridos 30 (trinta) dias corridos sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução contratual ou da Ata de Registro de Preços, ensejando a sua rescisão.

**17.4.5** A aplicação de multa por inexecução contratual ou da Ata de Registro de Preços independe da multa moratória eventualmente aplicada, ou em fase de aplicação, sendo aplicável cumulativamente.

**17.5** Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8 a multa será de 0,5% a 30% do valor do contrato licitado. O percentual será fixado de forma proporcional à gravidade da infração.

**17.6** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**17.7** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**17.8** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Gramado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**17.9** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.





**17.10** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**17.11** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**17.12** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**17.13** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**17.14** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**17.15** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública Municipal.

## **18 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**18.1** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

**18.2** As impugnações e/ou solicitações de esclarecimentos ao edital deverão ser apresentadas, **EXCLUSIVAMENTE**, através do Portal de Compras Públicas (disponível em: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>).

**18.3** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia anterior à da abertura do certame.

**18.4** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.





**18.5** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldar ao artigo 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021

**18.5.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**18.6** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração Municipal.

**18.7** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastrados no Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), sendo de responsabilidade dos licitantes seu acompanhamento.

**18.8** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o edital).

## **19 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**19.1** A despesa com a aquisição do objeto do presente edital correrá pelas seguintes categorias econômicas:

Órgão: 4 – Secretaria Municipal da Administração

Unidade: 1 – Secretaria da Administração

Ação: 2001 – Gestão, Manutenção e Serviços, Contínuos e Administrativos

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 10 – Secretaria Municipal da Agricultura

Unidade: 1 – Secretaria da Agricultura

Ação: 2059 – Gestão das Estradas do Interior

Subelemento: 33390309900000000000 – Outros materiais de consumo

Órgão: 12 – Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social

Unidade: 1 – Secretaria da Cidadania

Ação: 2001 – Gestão, Manutenção e Serviços, Contínuos e Administrativos

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 12 – Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social

Unidade: 1 – Secretaria da Cidadania

Ação: 2076 – Gestão da Habitação





Subelemento: 33390320500000000000 – Mercadorias para doação

Órgão: 12 – Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social

Unidade: 1 – Secretaria da Cidadania

Ação: 2077 – Gestão do Cadastro Único – SUAS

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 12 – Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social

Unidade: 1 – Secretaria da Cidadania

Ação: 2081 – Gestão dos Serviços de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade – SUAS

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 2 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 1 – Gabinete do Prefeito

Ação: 1116 – Apoiar e acompanhar famílias atingidas por desastre

Subelemento: 33390329900000000000 – Outros materiais de distribuição gratuita

Órgão: 2 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 1 – Gabinete do Prefeito

Ação: 2015 – Gestão da Coordenadoria Geral de Proteção e Defesa Civil

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 2 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 1 – Gabinete do Prefeito

Ação: 2015 – Gestão da Coordenadoria Geral de Proteção e Defesa Civil

Subelemento: 33390302500000000000 – Material para manutenção de bens móveis

Órgão: 2 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 1 – Gabinete do Prefeito

Ação: 2015 – Gestão da Coordenadoria Geral de Proteção e Defesa Civil

Subelemento: 33390329900000000000 – Outros materiais de distribuição gratuita

Órgão: 2 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 1 – Gabinete do Prefeito

Ação: 2125 – Fiscalização das áreas de risco de desastre

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações





Órgão: 2 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 1 – Gabinete do Prefeito

Ação: 2125 – Fiscalização das áreas de risco de desastre

Subelemento: 33390302500000000000 – Material para manutenção de bens móveis

Órgão: 7 – Secretaria Municipal da Educação

Unidade: 1 – Secretaria Municipal da Educação – Adm. e pedagógico

Ação: 2026 – Gestão da Manutenção e Conservação dos Ativos de Infraestrutura Municipal

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 19 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Unidade: 1 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Ação: 2026 – Gestão da Manutenção e Conservação dos Ativos de Infraestrutura Municipal

Subelemento: 33390302500000000000 – Material para manutenção de bens móveis

Órgão: 13 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Unidade: 1 – Secretaria do Meio Ambiente

Ação: 2001 – Gestão, Manutenção e Serviços, Contínuos e Administrativos

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 13 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Unidade: 1 – Secretaria do Meio Ambiente

Ação: 2001 – Gestão, Manutenção e Serviços, Contínuos e Administrativos

Subelemento: 33390302500000000000 – Material para manutenção de bens móveis

Órgão: 13 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Unidade: 1 – Secretaria do Meio Ambiente

Ação: 2039 – Gestão da Arborização Urbana

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 13 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Unidade: 1 – Secretaria do Meio Ambiente

Ação: 2039 – Gestão da Arborização Urbana

Subelemento: 33390302500000000000 – Material para manutenção de bens móveis

Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 1 – Secretaria de Obras





Ação: 2026 – Gestão da Manutenção e Conservação dos Ativos de Infraestrutura Municipal

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 1 – Secretaria de Obras

Ação: 2026 – Gestão da Manutenção e Conservação dos Ativos de Infraestrutura Municipal

Subelemento: 33390302500000000000 – Material para manutenção de bens móveis

Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 1 – Secretaria de Obras

Ação: 2026 – Gestão da Manutenção e Conservação dos Ativos de Infraestrutura Municipal

Subelemento: 34490523800000000000 – Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina

Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 1 – Secretaria de Obras

Ação: 2073 – Gestão da Limpeza Urbana

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 1 – Secretaria de Obras

Ação: 2073 – Gestão da Limpeza Urbana

Subelemento: 33390302500000000000 – Material para manutenção de bens móveis

Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 1 – Secretaria de Obras

Ação: 2073 – Gestão da Limpeza Urbana

Subelemento: 34490523800000000000 – Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina

Órgão: 8 – Secretaria Municipal da Saúde

Unidade: 1 – Secretaria da Saúde

Ação: 2026 – Gestão da Manutenção e Conservação dos Ativos de Infraestrutura Municipal

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações





Órgão: 18 – Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito, Transporte e Fiscalização

Unidade: 1 – Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito, Transporte e Fiscalização

Ação: 2123 – Gestão da Manutenção, Placas e Sinalização do Trânsito

Subelemento: 33390305400000000000 – Material para manutenção e conservação de estradas e vias

## **20 – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**20.1** Os critérios para alteração ou atualização dos preços registrados estão previstos na Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO I).

## **21 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.1** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**21.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**21.3** Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**21.4** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**21.5** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**21.6** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**21.7** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**21.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**21.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**21.10** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.





**21.10.1** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**21.11** Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

**21.12** O Município poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

**21.12.1** A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

**21.12.2** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

**21.13** O edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [gramado.atende.net](http://gramado.atende.net).

**21.14** Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO II – Termo de Referência

ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços

ANEXO V – Passo a passo para cadastro no Portal do Cidadão (Assinatura eletrônica)

Gramado (RS), 05 de maio de 2026.

**NESTOR TISSOT**  
Prefeito de Gramado





## ANEXO I

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º \_\_\_\_/2026

O **MUNICÍPIO DE GRAMADO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. das Hortênsias, n.º 2029, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 88.847.082/0001-55, neste ato representado pelo Secretário de \_\_\_\_\_, **Sr.** \_\_\_\_\_, neste ato denominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, (informar se é optante do Simples Nacional, beneficiária da lei de desoneração da folha de pagamento, produtor rural), com sede na \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, simplesmente denominado **FORNECEDOR**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme decisão exarada no **Processo Licitatório n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_**, referente ao **Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_**, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º 1.239/2023 e demais disposições legais aplicáveis, consoantes as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de construção, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de Gramado, conforme condições, destinação, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, constituindo partes integrantes desta Ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

##### 2.1 Descritivos, quantitativos e preços do fornecimento:

Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Marca/Modelo	Valor unitário	Valor total

##### 2.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.2.1 O Termo de Referência (ANEXO II do edital) e o Estudo Técnico Preliminar (ANEXO III do edital);
- 2.2.2 O edital da licitação;
- 2.2.3 A proposta do fornecedor;
- 2.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do procedimento de Intenções de Registro de Preço (IRP) poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:





**3.1.1** Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**3.1.2** Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23, da Lei nº 14.133/2021; e

**3.1.3** Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**3.2** A autorização do Município apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**3.2.1** O Município poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**3.3** Após a autorização do Município, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

**3.4** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo Município, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**3.5** O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

**3.6** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatórios registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**3.7** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**3.8** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do artigo 23, da Lei nº 14.133/2021.

**3.9** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**4.1** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**4.1.1** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.





- 4.1.2** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 4.1.3** Não havendo interesse na renovação da ata de registro de preços, o fornecedor deverá notificar o Município sobre sua intenção com 60 (sessenta) dias úteis de antecedência em relação à data prevista para a rescisão automática.
- 4.2** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo Município por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2.1** O instrumento contratual de que trata a cláusula 4.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 4.3** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 4.4.1** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 4.4.2** Ficarão registrados na ata final do processo licitatório os licitantes ou fornecedores que:
- 4.4.2.1** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 4.4.2.2** Mantiverem sua proposta original.
- 4.4.3** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.5** O registro a que se refere a cláusula 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.6** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederam aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere a cláusula 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.7.1** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 4.7.2** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no presente instrumento.
- 4.8** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9** Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 4.9.1** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.10** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições





estabelecidos no edital e observado o disposto na cláusula 4.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**4.11** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata a cláusula 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**4.11.1** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**4.11.2** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**4.12** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**5.1** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**5.1.1** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d”, do inciso II, do *caput*, do artigo 124, da Lei nº 14.133/2021;

**5.1.2** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**5.1.3** Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**5.1.3.1** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**5.1.3.2** O reajuste anual, em caso de prorrogação, será feito pela aplicação do índice oficial para a correção monetária do valor da contratação, tendo por data-base a do orçamento estimado (**concluído em 20/01/2026**), e será firmado por intermédio de termo aditivo ao presente instrumento.

**5.1.3.2.3** O índice a ser utilizado para o cálculo do reajustamento do contrato é o IPCA;

**5.1.3.2.4** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste;

**5.1.3.2.5** Os reajustes serão precedidos, obrigatoriamente, de solicitação da fornecedora acompanhada de memorial de cálculo e da apresentação da planilha de custos e formação de preços, conforme a variação de custos do reajuste.





**5.1.3.2.6** Não se admite o reajuste dos equipamentos porque os mesmos são depreciados por legislação própria, diferentemente dos insumos que devem ser renovados (adquiridos) mensal ou periodicamente, quando for o caso.

**5.2** O prazo para resposta aos pedidos de alteração ou atualização dos preços será de até 30 (trinta) dias.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**6.1.1** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**6.1.2** Na hipótese prevista no item anterior, o Município convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**6.1.3** Se não obtiver êxito nas negociações, o Município procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**6.1.4** Na hipótese de redução do preço registrado, o Município comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para avaliarem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.

**6.2** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao Município a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**6.2.1** O pedido de revisão dos preços deverá ser dirigido ao Fiscal da Ata devidamente justificado, ou seja, explicando quais as circunstâncias de mercado que ocasionaram o aumento ou a diminuição do preço, e comprovando, mediante apresentação de fotocópias de Notas Fiscais (da época da licitação e da data do aumento), tabelas de preços de fabricantes, lista de preços de matérias-primas ou outros comprovantes que confirmem o alegado na justificativa, para análise e Parecer Jurídico quanto à viabilidade de reequilíbrio dos preços registrados.

**6.2.1.1** O fiscal da ata se manifestará sobre a pertinência ou não do pedido, encaminhando-o posteriormente para a Área de Licitações, que realizará as demais diligências para análise final.

**6.2.2** Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Município e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos da cláusula 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

**6.2.3** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos da cláusula anterior, o Município convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de





classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto na cláusula 4.7.

**6.2.4** Se não obtiver êxito nas negociações, o Município procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da cláusula 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**6.2.5** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto nas cláusulas 6.2 e 6.2.1, o Município atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**6.2.6** O Município comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para avaliarem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.

**6.2.7** A fornecedora deverá apresentar pedido de reequilíbrio econômico-financeiro durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

**6.2.8** O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até 30 (trinta) dias.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1** O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

**7.1.1** Pelo Município de Gramado, quando:

**7.1.1.1** O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;

**7.1.1.2** O fornecedor recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, se a Administração não aceitar sua justificativa;

**7.1.1.3** O fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

**7.1.1.4** Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

**7.1.1.5** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

**7.1.1.6** Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

**7.1.1.7** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do *caput*, do artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

**7.1.1.7.1** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV, do *caput*, do artigo 156, da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**7.1.2** Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

**7.2** A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos





previstos na cláusula 7.1.1, deverá ser formalizada por *e-mail* ou por correspondência, ambos com aviso de leitura/recebimento, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

**7.3** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Eletrônico Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da sua publicação.

**7.4** A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se apresentada com antecedência de 10 (dez) dias corridos da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

**7.5** O prazo máximo previsto para suspensão temporária do preço registrado é de 30 (trinta) dias.

**7.6** Enquanto perdurar a suspensão, poderão ser realizadas novas licitações para o objeto do registro de preços.

**7.7** Da decisão que cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**7.8** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o Município poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

**8.1.1** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**8.2** É da competência do Município a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

**8.3** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao Município qualquer das ocorrências previstas na cláusula 7.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS E DAS OBRIGAÇÕES**

**9.1** Por se tratar de Registro de Preços, o Município poderá solicitar o fornecimento da quantidade que achar necessária, desobrigando-se da execução do total estimado.

**9.2** Os produtos a serem fornecidos deverão apresentar conformidade integral com todas as condições e determinações técnicas estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO II do edital) e no Estudo Técnico Preliminar (ANEXO III do edital).

**9.3** A entrega dos produtos será parcelada. A Secretaria demandante solicitará os itens e quantidades necessitadas através de ordem de fornecimento, devendo o fornecedor providenciar a entrega no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da solicitação de fornecimento.





**9.4** Os produtos deverão ser entregues no Almojarifado Central do Município, localizado na Rua Orestes Dalle Molle, nº 100, Gramado/RS, ou em locais a serem designados pela Secretaria demandante.

**9.5** Somente serão recebidos os produtos que estiverem em conformidade com todas as especificações dispostas no Termo de Referência (ANEXO II do edital) e no Estudo Técnico Preliminar (ANEXO III do edital).

**9.6** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação formal da rejeição, às custas do fornecedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**9.7** Todos os materiais fornecidos devem ser novos, de primeira linha, sem qualquer indício de uso anterior, recondicionamento ou reaproveitamento, atendendo às normas técnicas aplicáveis, especialmente ABNT, com resistência, durabilidade e desempenho compatíveis com a finalidade de uso.

**9.8** Os materiais deverão atender a padrões técnicos mínimos de desempenho e qualidade e, quando cabível, deverão ser acompanhados de garantia do fabricante e/ou do fornecedor, assegurando conformidade com o uso previsto.

**9.9** Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

**9.10** O fornecedor deverá assegurar logística adequada, incluindo descarregamento por equipamentos apropriados, garantindo integridade das peças e agilidade operacional, devendo o descarregamento ocorrer em horário compatível com o expediente das secretarias solicitantes.

**9.11** O fornecedor deverá comunicar ao Município, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos que eventualmente impossibilitem o fornecimento no prazo estipulado.

**9.12** O fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade mesmo existindo fiscalização ou acompanhamento pela Administração.

**9.13** Serão de responsabilidade do fornecedor todas as multas ou taxas de tráfego decorrentes do transporte dos materiais.

**9.14** O fornecedor não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto adjudicado, sem prévia e expressa anuência da Prefeitura Municipal de Gramado/RS.

**9.15** A Nota Fiscal/Fatura deve, obrigatoriamente, ser entregue com o seu objeto.

**9.16** O fornecedor será integralmente responsável pela segurança de seu(s) funcionário(s) e pelos atos por ele(s) praticados, isentando o Município de qualquer responsabilização civil, criminal e/ou trabalhista perante seus empregados e terceiros, especialmente em caso de acidentes durante o transporte e entrega dos produtos.

**9.17** O fornecedor será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para o fornecimento, incluindo despesas com deslocamentos, uniformes, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e coletiva, e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente instrumento, isentando integralmente o Município.

**9.18** Durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá manter





atualizados seus dados de contato (telefone, endereço eletrônico (*e-mail*) e endereço) devendo comunicar ao Município sobre qualquer alteração de dados.

**9.18.1** Os contatos indicados pelo fornecedor servirão para informar sobre início do fornecimento e/ou dos trabalhos, notificações e demais comunicados pertinentes, cabendo ao destinatário confirmar o recebimento do *e-mail*.

**9.18.2** Não havendo a confirmação do *e-mail*, conforme determinado na cláusula anterior, decorrido o prazo para resposta ou cumprimento da obrigação, o documento será considerado entregue quando verificado que foi remetido ao endereço eletrônico informado pelo fornecedor, correndo à sua revelia o procedimento dali em diante.

**9.19** O fornecedor deverá manter, durante toda a execução do contrato ou da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

**9.20** O fornecedor deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**9.21** O fornecedor não poderá submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

**9.22** O fornecedor não deverá utilizar qualquer trabalho realizado por menor de 16 (dezesseis) anos de idade, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos de idade, observada a legislação pertinente.

**9.23** O fornecedor não poderá submeter menores de 18 (dezoito) anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481/2005.

**9.24** O fornecedor deverá dispor de meios para recepção e tratamento de denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

**9.25** O fornecedor será responsável solidariamente por atos e omissões de eventual empresa subcontratada que resultem em descumprimento da legislação trabalhista.

**9.26** O fornecedor deverá manter, durante a vigência da ata, as condições de habilitação e qualificação necessárias para a contratação com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

**10.1** O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias corridos após a apresentação das Notas Fiscais devidamente liquidadas e aprovadas por servidor público responsável pelo recebimento, e conferência das mesmas.

**10.1.1** A liquidação das notas fiscais será efetuada em 05 (cinco) dias úteis após a entrega do produto, bem ou serviço.

**10.2** A nota fiscal emitida pelo **FORNECEDOR** deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do empenho, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**10.3** Serão processadas as retenções cabíveis nos termos das leis que regulam a matéria, incluindo, quando aplicável, retenção de Imposto de Renda na fonte.

**10.3.1** Havendo pagamento por boleto, o licitante deverá emití-lo de forma que o Município consiga efetuar os descontos relativos às retenções cabíveis.





**10.3.1.1** No caso de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignado no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade e o enquadramento legal, acompanhado da declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciadas, e que preenche todos os requisitos legais para beneficiar-se da condição.

**10.4** Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a Contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IPCA, e, a título de penalidade, juros de mora à razão de 0,2% ao mês.

**10.5** No caso de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignado no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade e o enquadramento legal, acompanhado da declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento diferenciado de imposto e contribuições, e preenche todos os requisitos legais para beneficiar-se da condição.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO**

**11.1** A despesa com este fornecimento correrá pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 4 – Secretaria Municipal da Administração

Unidade: 1 – Secretaria da Administração

Ação: 2001 – Gestão, Manutenção e Serviços, Contínuos e Administrativos

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 10 – Secretaria Municipal da Agricultura

Unidade: 1 – Secretaria da Agricultura

Ação: 2059 – Gestão das Estradas do Interior

Subelemento: 33390309900000000000 – Outros materiais de consumo

Órgão: 12 – Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social

Unidade: 1 – Secretaria da Cidadania

Ação: 2001 – Gestão, Manutenção e Serviços, Contínuos e Administrativos

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 12 – Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social

Unidade: 1 – Secretaria da Cidadania

Ação: 2076 – Gestão da Habitação

Subelemento: 33390320500000000000 – Mercadorias para doação

Órgão: 12 – Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social

Unidade: 1 – Secretaria da Cidadania

Ação: 2077 – Gestão do Cadastro Único – SUAS





Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 12 – Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social

Unidade: 1 – Secretaria da Cidadania

Ação: 2081 – Gestão dos Serviços de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade – SUAS

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 2 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 1 – Gabinete do Prefeito

Ação: 1116 – Apoiar e acompanhar famílias atingidas por desastre

Subelemento: 33390329900000000000 – Outros materiais de distribuição gratuita

Órgão: 2 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 1 – Gabinete do Prefeito

Ação: 2015 – Gestão da Coordenadoria Geral de Proteção e Defesa Civil

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 2 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 1 – Gabinete do Prefeito

Ação: 2015 – Gestão da Coordenadoria Geral de Proteção e Defesa Civil

Subelemento: 33390302500000000000 – Material para manutenção de bens móveis

Órgão: 2 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 1 – Gabinete do Prefeito

Ação: 2015 – Gestão da Coordenadoria Geral de Proteção e Defesa Civil

Subelemento: 33390329900000000000 – Outros materiais de distribuição gratuita

Órgão: 2 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 1 – Gabinete do Prefeito

Ação: 2125 – Fiscalização das áreas de risco de desastre

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 2 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 1 – Gabinete do Prefeito

Ação: 2125 – Fiscalização das áreas de risco de desastre

Subelemento: 33390302500000000000 – Material para manutenção de bens móveis

Órgão: 7 – Secretaria Municipal da Educação

Unidade: 1 – Secretaria Municipal da Educação – Adm. e pedagógico

Ação: 2026 – Gestão da Manutenção e Conservação dos Ativos de Infraestrutura Municipal

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis /





instalações

Órgão: 19 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer  
Unidade: 1 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer  
Ação: 2026 – Gestão da Manutenção e Conservação dos Ativos de Infraestrutura Municipal  
Subelemento: 33390302500000000000 – Material para manutenção de bens móveis

Órgão: 13 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
Unidade: 1 – Secretaria do Meio Ambiente  
Ação: 2001 – Gestão, Manutenção e Serviços, Contínuos e Administrativos  
Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 13 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
Unidade: 1 – Secretaria do Meio Ambiente  
Ação: 2001 – Gestão, Manutenção e Serviços, Contínuos e Administrativos  
Subelemento: 33390302500000000000 – Material para manutenção de bens móveis

Órgão: 13 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
Unidade: 1 – Secretaria do Meio Ambiente  
Ação: 2039 – Gestão da Arborização Urbana  
Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 13 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
Unidade: 1 – Secretaria do Meio Ambiente  
Ação: 2039 – Gestão da Arborização Urbana  
Subelemento: 33390302500000000000 – Material para manutenção de bens móveis

Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos  
Unidade: 1 – Secretaria de Obras  
Ação: 2026 – Gestão da Manutenção e Conservação dos Ativos de Infraestrutura Municipal  
Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos  
Unidade: 1 – Secretaria de Obras  
Ação: 2026 – Gestão da Manutenção e Conservação dos Ativos de Infraestrutura Municipal  
Subelemento: 33390302500000000000 – Material para manutenção de bens móveis

Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos  
Unidade: 1 – Secretaria de Obras  
Ação: 2026 – Gestão da Manutenção e Conservação dos Ativos de Infraestrutura Municipal  
Subelemento: 34490523800000000000 – Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina

Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos





Unidade: 1 – Secretaria de Obras

Ação: 2073 – Gestão da Limpeza Urbana

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 1 – Secretaria de Obras

Ação: 2073 – Gestão da Limpeza Urbana

Subelemento: 33390302500000000000 – Material para manutenção de bens móveis

Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 1 – Secretaria de Obras

Ação: 2073 – Gestão da Limpeza Urbana

Subelemento: 34490523800000000000 – Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina

Órgão: 8 – Secretaria Municipal da Saúde

Unidade: 1 – Secretaria da Saúde

Ação: 2026 – Gestão da Manutenção e Conservação dos Ativos de Infraestrutura Municipal

Subelemento: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações

Órgão: 18 – Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito, Transporte e Fiscalização

Unidade: 1 – Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito, Transporte e Fiscalização

Ação: 2123 – Gestão da Manutenção, Placas e Sinalização do Trânsito

Subelemento: 33390305400000000000 – Material para manutenção e conservação de estradas e vias

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1** O Município, desde já, nomeia como fiscais da ata de registro de preços, pertencentes do quadro de funcionários, devidamente habilitados para exercer em ampla, cotidiana e rotineira fiscalização da ata, os seguintes servidores:

**a)** A fiscalização técnica da ata será realizada pelos servidores: Carlos Roberto Ecker (Matrícula nº 12.496), Ezequiel Maurício Mantey (Matrícula nº 15.191), Paulo Roberto da Silva (Matrícula nº 16.082), Yann Luis Maia Moreira (Matrícula nº 16.266), Rafael Weyh Rauber (Matrícula nº 16.294), Jovani Junior Correa Behling (Matrícula nº 15.422) e Ivo Roque Tomazeli (Matrícula nº 15.514).

**b)** A fiscalização administrativa da ata será realizada pelos servidores: Ruan Ferraz da Costa (Matrícula nº 14.899), Nilo José Seewald Neto (Matrícula nº 15.189), Taline Zanatta da Costa (Matrícula nº 15.202), Renan Martin da Silva (Matrícula nº 13.928), Filipe Mirapalheta (Matrícula nº 14.283), Odair Cássio Prates dos Santos (Matrícula nº 16.559), e Laís Pessi Scholles (Matrícula nº 16.184).

**c)** A gestão da ata será realizada pelos servidores: Augusto Sorgetz Till (Matrícula nº 16.995), Jordan Seidler da Rosa (Matrícula nº 15.192), Alenson Luciano Stahl (Matrícula nº 16.450), Taís Ribeiro Pereira (Matrícula nº 15.102), Ticiane Vanessa Vendruscolo Haas (Matrícula nº 13.739), Wendel Cardoso de Azevedo (Matrícula nº 15.815), e Luana Ketlen





Rissi (Matrícula nº 16.620).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

**13.1** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

**14.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Gramado/RS para dirimir qualquer questão que porventura ocorra entre as partes.

Gramado, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
*Secretário de \_\_\_\_\_*

**Nome representante legal**  
**Nome empresa**





### Anexo da Ata de Registro de Preços

#### **CADASTRO RESERVA:**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ, endereço, contatos, representante)				
X	Descrição	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ, endereço, contatos, representante)				
X	Descrição	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário





Prefeitura de  
**GRAMADO**

SECRETARIA DA  
**ADMINISTRAÇÃO**

## **ANEXO II**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 05/05/2026 15:46 -03:00 -03  
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSSE: <https://c.ipm.com.br/p6c2933f9d9aae>





Prefeitura de  
**GRAMADO**

SECRETARIA DA  
**ADMINISTRAÇÃO**

## **ANEXO III**

# **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 05/05/2026 15:46 -03:00 -03  
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSSE: <https://c.ipm.com.br/p6c2933f9d8aae>





## ANEXO IV

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À Prefeitura de Gramado  
Av. das Hortênsias, 2029 – Gramado – RS  
Pregão Eletrônico nº \_\_/202\_\_

**Objeto:** \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CNPJ n.º \_\_\_\_\_ Fone/whatsapp: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

CPF n.º \_\_\_\_\_

Conta-Corrente: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_

Indicar se é optante pelo Simples Nacional: \_\_\_\_\_

Indicar se é beneficiária da Lei de desoneração da folha de pagamento: \_\_\_\_\_

Indicar se é enquadrada como produtor rural: \_\_\_\_\_

Para fornecimento do objeto do presente edital ofertamos os valores abaixo descritos:

Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Marca / Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1						

**Declaro que disponho de capacidade logística (frota e infraestrutura de distribuição) suficiente para o cumprimento dos prazos de entrega em diferentes localidades do Município de Gramado, especialmente em entregas fracionadas ou emergenciais, assegurando regularidade durante toda a vigência contratual.**

Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos produtos, todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.

Declaramos conhecer a legislação de referência desta licitação e que os produtos serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, o que conhecemos e aceitamos em todos os termos, inclusive quando ao pagamento e outros.

Esta proposta é válida por \_\_\_\_ (no mínimo 90 dias), a contar da data de sua apresentação.

Cumpramos informar, ainda, que foram examinados os documentos da licitação, estando, a empresa, inteirada dos mesmos para elaboração da presente proposta.





Prefeitura de  
**GRAMADO**

SECRETARIA DA  
**ADMINISTRAÇÃO**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

***Nome e assinatura do representante legal***

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 05/05/2026 15:46 -03:00 -03  
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSSE: <https://c.ipm.com.br/pr6c293f9d8aae>





## ANEXO V

### PASSO A PASSO PARA CADASTRO NO PORTAL DO CIDADÃO (ASSINATURA ELETRÔNICA)

Este procedimento é obrigatório para que a empresa vencedora possa realizar a assinatura eletrônica dos documentos emitidos pelo Município (como Contratos ou Atas de Registro de Preços) e deve ser realizado **em 24 horas** após homologação do processo licitatório. O cadastro deve ser feito em nome da **Pessoa Jurídica (CNPJ)** ou pelo Representante Legal/Procurador da empresa que possua documento comprobatório para atuar em nome desta.

#### 1. Acesso e Cadastro Inicial

Acessar o **Portal do Cidadão** no endereço fornecido e realizar o cadastro inicial:

1. Acesse o link: <https://gramado.atende.net/autoatendimento/servicos/solicitacoes-de-assinatura/detalhar/1>.
2. Na tela de acesso, localize a seção **“Ainda não possuo acesso”**.
3. Clique no botão **“CADASTRE-SE”**.
4. Informe seus dados pessoais (do representante/procurador) e confirme o cadastro pelo **E-mail**.
5. Sua solicitação de cadastro será **Avaliada** e, após a liberação, você será notificado por **E-mail**.

**Importante:** Após o cadastro, será enviado um link para o e-mail informado para que a **titularidade do usuário seja confirmada**. Em seguida, o cadastro precisará ser **liberado pelo setor responsável na Prefeitura**.

#### 2. Confirmação e Login

1. Aguarde a confirmação por e-mail.
2. Após a solicitação de cadastro ser **Deferida** (liberada), o usuário estará **apto a realizar o Login** no Portal do Cidadão.
3. Retorne à tela de acesso inicial, localize a seção **“Já sou cadastrado”**.
4. Informe seu **CPF/CNPJ** e **Senha**.
5. Clique em **“Acessar”**.

#### 3. Inclusão e Criação do Certificado Digital de Usuário

Após o Login, caso seja a primeira vez que irá assinar, o sistema solicita a criação de um Certificado Digital do Usuário.

1. Busque pelo serviço **Solicitações de Assinatura**.
2. Se a mensagem **“Você não possui certificado digital no repositório e precisará de um para poder assinar um documento digitalmente. Deseja enviar ou criar um certificado agora?”** for exibida, clique em **“Sim”**.
3. Na tela **“Incluir Certificado”**, preencha as informações solicitadas:
  - **Categoria:** Selecione **“Digital Avançada”**.
  - **Senha de Usuário:** Informe a **senha criada no cadastro inicial**.
4. Clique em **“Próximo”**.
5. Na próxima tela, clique em **“Próximo”** novamente.





6. Na última aba (**Anexos**), **insira os documentos solicitados pelo sistema** (Ex: Cartão CNPJ, documento de Identificação do representante legal/procurador, procuração, etc.).
7. Após anexar os arquivos, certifique-se de que cada um esteja corretamente identificado, marcando um como “**Documento**” e o outro como “**Foto com documento**”.
8. Clique em “**Confirmar**”.
9. Aceite os Termos e Condições do certificado.

#### 4. Confirmação do Cadastro e Assinatura

1. **Confirme a Conclusão:** Após realizar e ser liberado em todas as etapas de cadastro e inclusão de certificado, o usuário estará **apto a realizar as assinaturas** pelo Portal.
2. A partir deste momento, as solicitações de assinatura da Prefeitura serão exibidas na tela.
3. **Para Assinar:** No menu “**Solicitações de Assinatura**”, localize o documento, selecione o registro e clique no botão “**Assinar**”.
4. Para **visualizar o documento** ou **verificar a origem** da solicitação, utilize os respectivos botões na tela. Você também poderá **Rejeitar** o documento caso haja alguma inconformidade justificando-a.

#### Prazo e Observações:

- **Confirmação Obrigatória:** Após a conclusão do cadastro no Portal do Cidadão, a empresa deverá **aguardar a finalização do processo licitatório** para elaboração do Contrato ou Ata.
- **Prazo:** O cadastro deverá ser realizado em **24 horas** após homologação.
- **Observações:** A não conclusão do cadastro e assinatura no prazo estipulado resultará na invalidade do documento (Ata ou Contrato) e na suspensão de pagamentos futuros à empresa, conforme previsto neste Edital.

#### → **Link Manual de Cadastro Passo a Passo**

[https://files.gramado.rs.gov.br/manuais/cadastro\\_passo\\_a\\_passo.pdf](https://files.gramado.rs.gov.br/manuais/cadastro_passo_a_passo.pdf)

#### → **Link Manual de Assinatura**

[https://files.gramado.rs.gov.br/manuais/assinatura\\_atende\\_net.pdf](https://files.gramado.rs.gov.br/manuais/assinatura_atende_net.pdf)

